



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001559-16.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **DANIEL DOS SANTOS SILVA**
Requerido: **HDI SEGUROS SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter segurado junto à ré automóvel de sua propriedade, o qual se envolveu em acidente que resultou na perda total dele.

Alegou ainda que a ré o indenizou, abatendo valores de débitos pendentes sobre o automóvel, mas não os quitou.

Salientou que posteriormente foi protestado em razão disso, de sorte que almeja ao ressarcimento de danos materiais e morais que teria experimentado.

A ré em contestação não negou que pagou ao autor importância inferior à ajustada no seguro trazido à colação, o que de resto se vê a fls. 03 e 06, e que isso decorreu da existência de débitos de natureza variada (IPVA, DPVAT e multas) que havia em face do veículo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Daí deriva como evidente a obrigação dela em saldar essas dívidas, porquanto do contrário nada justificaria o abatimento noticiado, mas ela não apresentou comprovação alguma de que assim teria agido.

Significa dizer que a ré auferiu vantagem de débitos para pagar ao autor importância proporcionalmente inferior à que efetivamente desembolsaria sem que os tivesse adimplido em contrapartida, como seria de rigor.

Esse cenário conduz ao acolhimento da postulação vestibular quanto ao ressarcimento da quantia de R\$ 2.597,42 ao autor.

Nem se diga que seria necessária a tanto a demonstração de que o autor teria feito o respectivo desembolso ou que o montante deveria ser direcionado ao órgão credor.

Nenhum desses argumentos deve prosperar, seja porque não era de rigor a comprovação do desembolso pelo autor (aliás, ele recebeu importância menor exatamente para não fazer esse desembolso, mas como o pagamento não teve vez deverá ser reparado para poder então implementar a quitação respectiva), seja porque se a ré não direcionou a quantia ao órgão credor poderá o autor encaminhá-la.

Quanto aos danos morais, encontram amparo no protesto de fl. 08, implementado em 28/08/2017, quando a transferência do veículo à ré sucedeu em 19/07/2017 (fl. 03).

Não beneficia a ré a circunstância de que entre esses fatos decorreu pouco mais de um mês porque nada denota que ela, mesmo depois disso, tivesse diligenciado a baixa do protesto.

Por outras palavras, a ré reunia plenas condições para no mínimo providenciar a baixa do protesto na medida em que recebeu o valor correspondente (com o abatimento do montante total devido) e teve tempo para isso.

Se ficou inerte, a permanência do protesto passou a prejudicar o autor, o que basta à configuração dos danos morais de acordo com pacífica jurisprudência em situações afins:

“AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO. DANO IN RE IPSA, AINDA QUE SOFRIDO POR PESSOA JURÍDICA. SÚMULA 83/STJ.

1. Nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica.

2. “Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida” (súmula 83/STJ).

3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO” (STJ, AGRG no AG nº 1261225/PR Relator Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJE 15/08/2011).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

“O protesto indevido decorrente de dívida de responsabilidade do corréu acarreta prejuízo moral, sendo desnecessária a prova do abalo” (TJ-SP, Apelação nº 1010723-62.2016.8.26.0564, 28ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. **CESAR LACERDA**, j. 27/03/2017).

“Nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (STJ - REsp 1.059.663/MS - 3ª Turma - Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI** - j. 02.12.2008).

Essa orientação aplica-se *mutatis mutandis* à hipótese vertente, pois em última análise o protesto que num primeiro momento poderia ser legítimo passou a causar danos ao autor quando a ré não lhe deu baixa.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transporece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado (**não se podendo olvidar que o autor concorreu para a eclosão do protesto ao não quitar o IPVA desde 2015**), bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 2.597,42, acrescida de correção monetária, a partir de julho de 2017 (época do pagamento feito ao autor – fl. 06 – que viabilizaria a quitação dos débitos em aberto), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 24 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**